

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

LUIZ FERNANDO W. REGINATO

O SISTEMA BRAILLE NA PISCINA DA UFSC

FLORIANÓPOLIS - SC
2010

LUIZ FERNANDO W. REGINATO

O SISTEMA BRAILLE NA PISCINA DA UFSC

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Sidney Ferreira Farrias

Florianópolis - SC
2010

O SISTEMA BRAILLE NA PISCINA DA UFSC

Por

LUIZ FERNANDO W. REGINATO

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado com nota ____ como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Educação Física,
tendo sido julgado pela Banca
Examinadora formada pelos professores:

Orientador - Prof. Dr. Sidney Ferreira Farias, UFSC

Membro: Prof. Dr. Luciano Lazzaris Fernandes, UFSC

Membro: Prof. Dr. Juarez Vieira do Nascimento, UFSC

Florianópolis, junho de 2010.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos à minha Mãe: cuja pequena palavra encerra em si amor infinito, companheirismo, paciência, força e abnegação; principalmente nos meus momentos de insegurança. “*Te amo !!!*”.

Um agradecimento especial à minha família: Rosalvo e Sandra; Cris e Claudia. Por sempre estarem ao meu lado, compartilhando diferentes momentos e sentimentos e tudo que está acontecendo de bom, desde o primeiro dia de minha vida.

Aos professores do curso: pelo compromisso com minha formação, e pela amizade construída. Em especial: Professor Osni, Sidney e Edison. Bem como aos que nos auxiliam diariamente: José Carlos e Deni Germano - por sempre motivarem-me e, com sua sabedoria e entusiasmo, conseguirem conquistar minha confiança e amizade.

Com carinho, aos meus colegas de turma, de coração: porque sempre serão lembrados como a turma mais bonita, participativa e simpática do CDS.

Bem assim, aqueles que se tornaram mais que amigos, e que contribuem, até hoje, para meu crescimento pessoal, – deixando minha vida cada dia mais feliz - irmãos de sempre: Adriano, Willian, Nando, Léo, Rodrigo, Thiago, Caixa e Josué pela parceria de sempre.

A toda a equipe do CCK (Centro Cultural Kirinus), em especial: Victor, Lidiane, Gabriel, Rodolfo, Bruno, Tati, Dani. Acreditem: todos Vocês são muito especiais.

Agradeço, também, ao professor Luciano Lazzaris Fernandes, o qual oportunizou-me o primeiro estágio; e, mesmo distante para fazer seu doutorado, teve sua parcela em meu crescimento pessoal e profissional através do projeto “sábado no Campus”.

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Sidney Ferreira Farias, por toda ajuda e paciência, e por ter sido quem direcionou e ajudou a construir todo este estudo.

Agradeço, também, aos membros da banca examinadora: Prof. Dr. Luciano Lazzaris Fernandes, Prof. Dr. Juarez Vieira do Nascimento pela participação no processo de avaliação desta pesquisa construída com muita dedicação.

Por fim, se esqueci de alguém, perdoe-me: todos que passaram pela minha vida, até hoje, têm sua importância. Seria necessário um livro com muitas páginas para agradecer a contribuição nesta etapa da minha vida.

RESUMO

A essência de uma comunidade vem das coisas que fazemos e compartilhamos, porque nos interessamos pelos outros e pelo bem do lugar em que vivemos. Nessa pesquisa aborda-se aspectos sociais claudicantes, que dificultam a relação entre as pessoas e com o meio em que estão inseridas. Entre esses aspectos, estão os locais arquitetônicos inacessíveis e a importância da orientação, mobilidade e Educação para o deficiente visual. Objetiva-se, pois, viabilizar a instalação do sistema Braille na piscina da Universidade Federal de Santa Catarina, demonstrando a necessidade de um local acessível para a todos e reafirmando que a orientação, mobilidade e a escrita em braile são imprescindíveis na vida deficiente visual. Sendo assim, utilizou-se de métodos adequados através de uma pesquisa qualitativa descritiva com caráter aplicativo. Por fim, o presente estudo revela que a iniciativa é viável e consistente, permite que a pessoa com comprometimento visual exerça seus direitos como cidadão, otimize suas potencialidades, reorganize seus hábitos de auto-suficiência, amplie seus conhecimentos através das relações com outras pessoas, dessa forma contribui na formação do ser humano para o exercício da cidadania com a perspectiva de construir uma sociedade mais justa começando pela UFSC.

Palavras - chave: Sistema Braille, Deficiente Visual, Cidadania.

SUMÁRIO

RESUMO	04
1- INTRODUÇÃO	05
1.1- Justificativa	08
1.2- Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Definição de Termos	14
1.4 Procedimentos Metodológicos	15
2- DESENVOLVIMENTO	16
2.1 Sociedade, Educação Física e a pessoa Deficiente Visual	16
2.2 A importância da Educação para a pessoa Deficiente Visual	23
2.3 Acessibilidade / Mobilidade	30
3- RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4- CONCLUSÃO	43
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
6- APÊNDICE(S)	52

1- INTRODUÇÃO

Tudo precisa ser pensado e estudado antes de se realizar algo, mas lembre-se: não é apenas o ambiente que necessita de mudanças. Para aceitarmos algo, primeiro identificamos nossos valores, depois os objetivos que vamos alcançar ao realizar algo e independente da importância do que você faça sempre nos defrontamos com uma turbulência mental que está atracada em nosso estilo de vida desde o nosso nascimento. Com o passar do tempo vamos formando nossas opiniões e construindo nosso legado passo a passo e um dia quem sabe o que produzimos até então poderá ou não servir de exemplo ou inspiração para as próximas gerações.

O tempo não para e durante o processo dia após dia as pessoas, os conhecimentos, as vivências e as descobertas se multiplicam. Vamos fazer novos amigos, construiremos uma família, vamos chorar, reclamar, bocejar, brigar, ensinar e aprender. Notaremos que certas atitudes e decisões nem sempre foram as mais sensatas e coerentes para determinado assunto, mas se percebermos que esses acontecimentos são o combustível para vivermos mais interessados e curiosos pela vida, assim seremos muito felizes com o que já possuímos.

É comum nos dias de hoje cegos ou pessoas com baixa visão movimentando-se nas ruas, passando entre carros, entrando em transportes públicos, estudando, praticando esportes e trabalhando em diferentes áreas de

produção ou prestação de serviços, desviando de obstáculos com o auxílio de cães guias, bengalas, e, pessoas altruístas que amenizam suas dificuldades em nosso cotidiano. Convém lembrar que a deficiência visual é parte da diversidade humana e que ela não limita a pessoa. É importante quebrar as barreiras do comportamento humano e social para possibilitar a construção das pontes necessárias à inclusão. Uma forma de realizar isso é trazer programas e iniciativas eficazes e engajadas ao exercício da cidadania como a instalação do Sistema Braille na piscina da Universidade Federal de Santa Catarina com possibilidades de expansão do método para atendimento ao cidadão.

1.2 Justificativa

O Ensino Médio é considerado a fase de transição para o Ensino Superior ou para qualquer formação profissional, com as atenções dos alunos voltadas para formação de técnicos de nível médio ou cursos preparatórios para Universidade (DARIDO, *et al.*, 1999).

Sabe-se, ainda, que nem todos os jovens estudantes têm os mesmos interesses ou a mesma satisfação pela Educação Física. Ainda assim, ela sempre proporciona momentos de descontração, alteração de rotinas de sala de aula e oportunidades de maior relacionamento com colegas e professores.

Em grande medida somos responsáveis - e vivemos mais felizes - através de nossas atitudes e escolhas ao longo da vida. Já passou a minha vez de escolher um curso universitário. Na época, optei pela Educação Física, por ela propiciar mais momentos felizes do que frustrantes.

Após ingressar na universidade, deparei-me com as diferentes áreas de

atuação do Professor de Educação Física. Uma delas, qual seria, a Educação Física Especial, possibilitou-me a vivência em meio a alunos deficientes visuais que participavam do projeto Sábado no Campus.

Nesse momento, percebi uma situação problemática a respeito das pessoas cegas: sua orientação e mobilidade limitadas e o preconceito. Juntamente com a minha curiosidade inicial vinha uma fraqueza espiritual e intelectual de aceitar o diferente. Superar isso, tornou-se fundamental para poder exercer minha profissão, o que vem se mostrando, desde então, uma experiência única: o aprendizado com o deficiente visual através da Educação Física.

Ainda, segundo um relatório da OCDE, Education on Policy Analysis (1998), os professores são os profissionais mais relevantes na construção da sociedade do futuro, devendo voltar-se para o centro das estratégias culturais, pois estão no coração das mudanças.

Partindo desse pressuposto, é papel do profissional da área, levantar questões relevantes do nosso cotidiano, como a necessidade de locais acessíveis para uma maior qualidade de vida das pessoas, a dependência do ser humano ser educado para o exercício da cidadania e a importância da Educação Física e do profissional para com sua área de atuação.

Conforme Rabelo (1989), durante vários anos os deficientes físicos e intelectuais não eram considerados cidadãos nem tinham acesso à educação e ao trabalho. Por consequência, não poderiam alcançar direitos políticos e sociais. Isso era um absurdo, pois a pessoa com deficiência visual é como as demais pessoas: possui preferências, habilidades, aptidões, interesses pessoais e sociais, dificuldades e capacidade produtiva. Ele necessita, como todos nós, de oportunidade e acompanhamento esclarecido para desenvolver suas

potencialidades.

Para dificultar, geralmente são os videntes os responsáveis pelos espaços físicos, razão pela qual, por vezes, faltam nos seus projetos as estruturas adequadas ao deficiente visual. Seja por falta de informação, esquecimento ou até preconceito. Agora, mesmo uma vista rápida da piscina da Universidade Federal de Santa Catarina indica a necessidade de complementar a orientação, mobilidade e independência do deficiente visual. Tudo isso é fundamental, por tornar o local acessível e seguro para todos.

1.2 Objetivos

A pesquisa buscou identificar os seguintes objetivos: geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Nesta pesquisa o objetivo geral é viabilizar o sistema Braille na piscina da Universidade Federal de Santa Catarina

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mostrar o papel da Educação Física perante a sociedade.
- Demonstrar a importância do sistema Braille para a pessoa deficiente visual.
- Apontar a importância da intervenção na vida da pessoa com comprometimento visual.

- Reafirmar a necessidade de um ambiente acessível à todos.
- Sintetizar que a orientação e mobilidade são imprescindíveis para maior independência da pessoa deficiente visual.

1.3 Definição de Termos

O termo deficiência pode ser entendido como todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas. (BRASIL,1999)

Segundo a Organização Mundial da Saúde(2003), deficiência é alguma restrição ou perda, resultante do impedimento para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano. “Deficiência visual incluindo a cegueira, designa um comprometimento de visão que, mesmo quando corrigido, prejudica o desempenho educacional da criança. O termo engloba tanto a baixa visão quanto a cegueira”. (WINTER, 2004, p.7)

Segundo Conde, (2006) cego ou cegueira total é a acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual tão restrito que seu maior diâmetro compreende uma distancia angular inferior a 20° (20/200). E a pessoa com baixa visão ou visão subnormal é aquela que consegue ler impressos grandes ou com ampliação. (acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com melhor correção óptica).

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das

edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.(BRASIL,2000).

A acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiências ou que tenham necessidades especiais. Do ponto de vista das técnicas de engenharia e arquitetura, as condições para assegurar a acessibilidade encontram-se descritas em diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT,2004) e disponíveis na internet para qualquer cidadão interessado, por exemplo:

- a) NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;

Apesar da existência de profundas desigualdades sociais, o termo cidadania evoluiu com o passar dos anos, tornando-se mais abrangente e atingindo todas as classes sociais. Segundo Dallari (1998), a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. Segundo CASTELLANI (2002), a cidadania não depende apenas de leis, mas também, sobretudo, de uma cultura democrática, da experiência de um povo organizado e atento aos seus deveres e direitos e atuantes no sentido da busca constante do seu direito à cidade.

O termo inclusão é utilizado para descrever um direito e um apoio de todos os indivíduos no âmbito geral dos serviços numa sociedade. “A inclusão é portanto, um conceito revolucionário, que busca remover barreiras que sustentam a exclusão no seu sentido mais pleno. Aplica-se a todos que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos

motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem. O desafio da inclusão para os profissionais que atuam na melhoria da qualidade de vida humana é projetar artefatos e lançar propostas que não se destinam a um grupo restrito de pessoas”. (Anais do IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down, 2004, p.17.)

Para Hoffmann (1998) a Orientação e Mobilidade(OM) é uma atividade motora e pode ser definida como um processo amplo e flexível, composto por um conjunto de capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais e por um elenco de técnicas apropriadas e específicas, que permitem ao seu usuário conhecer, relacionar-se e deslocar-se de forma independente e natural nas mais diversas estruturas, espaços e situações do ambiente. A (OM) tem como um dos objetivos a busca da cidadania, ou seja, a independência de ir e vir, participando do gozo dos direitos civis, sociais e políticos de um estado, a partir de sua habilitação.

Segundo PEREIRA (1999), se todas as finalidades da Educação Física são efetivadas, elas trazem diferentes benefícios aos alunos. Tais como: Motivação, auto-estima, superação, concentração, coordenação, equilíbrio, entre outros. Também melhora suas capacidades e potencialidades tanto no aspecto afetivo, motor, cognitivo e social. Além disso, segundo Kunz (1994), o aluno, enquanto sujeito do processo de ensino, deve ser capacitado para a sua participação na vida social, cultural e esportiva, o que significa não somente a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, através da reflexão crítica.

1.4 Procedimentos Metodológicos

“Pesquisar com método não é copiar nem transcrever o que os outros disseram sobre determinado assunto, mas cultivar o espírito crítico, amadurecido por dentro, ter originalidade, oferecer sua visão da realidade” (D’ONOFRIO, SALVATORE, 1999, p. 26.). Partindo disso, percebe-se que a proposta de viabilizar o Braille e o piso-guia na piscina da UFSC é necessário e inovador, pois não foi encontrado registro de algo similar relacionado a um ambiente esportivo com o intuito de facilitar a orientação, mobilidade e segurança da pessoa com algum tipo de limitação visual.

Como caracterização do estudo, esta pesquisa configura-se através de uma pesquisa qualitativa descritiva de caráter aplicativo, a partir de sua execução tornará o local acessível também ao deficiente visual tornando a UFSC de certa forma uma instituição com credibilidade suficiente a receber futuros eventos esportivos que envolva também pessoas com limitação visual.

Diante disto, sabemos que toda observação cria um pensamento e esse pensamento precisa ser interpretado sob diferentes pontos de vista, pois é importante entender que tal interpretação decorre de nossas crenças, condições acadêmicas e percepções do mundo.

Para sustentar o ponto de vista da necessidade de intervir para a pessoa deficiente visual, elaboramos um questionário do tipo misto com cinco (05) indagações e respostas fechadas e abertas referentes ao problema. Segundo Muñoz (2003), a aplicação de um questionário permite recolher amostras dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos trazendo credibilidade a proposta do trabalho.

Ao aplicar esse instrumento não solicitamos a identificação dos informantes. Para a seleção dos entrevistados dividimos as perguntas em dois pontos de vista diferentes: a) dez (10) pessoas videntes que freqüentavam ou praticavam natação no complexo aquático da Universidade Federal de Santa Catarina; e b) dez (10) pessoas com algum tipo de limitação visual, entre elas praticantes da modalidade de natação e professores responsáveis da ACIC (Associação Catarinense para Inclusão dos Cegos), totalizando vinte (20) entrevistados, com cem (100) respostas.

Após a abordagem desses passos metodológicos a revisão de literatura de locais similares como bibliotecas e parques complementar a importância e necessidade de adaptar a infra-estrutura da piscina da UFSC tornando o local mais acessível à pessoa deficiente visual. Isso porque, além de importante, a revisão de literatura requer um esforço de análise e síntese das publicações, buscando entender o legado do conhecimento. Esse esforço geralmente conduz a importantes indicações e sugestões concernentes aos conhecimentos mais recentes num dado campo do conhecimento. Segundo Castro, (1997), a revisão de literatura abre caminhos e permite trabalhar sobre a herança do conhecimento de forma original e inovadora.

Sendo assim, sugiro a interpretação da proposta através de algo instalado, palpável, com grande utilidade e acessível para todos, com possibilidade de expandir o método para além da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Sociedade, Educação Física e a pessoa Deficiente Visual

Para BETTI (2005), a Educação Física não se caracterizaria apenas como uma ciência específica, mas como uma área acadêmico-profissional com necessidades e características próprias, que se vale das diversas ciências para construir seus objetos de reflexão e direcionar sua intervenção pedagógica. Segundo CASTELANI (2002), a não contextualização da Educação Física, juntamente com a dificuldade de chegarmos a um consenso em torno de seu significado, estariam ligadas ao descaso da sociedade com sua importância no cenário nacional.

A EF, de modo geral, não inclui unicamente a articulação de exercícios para a saúde. O conteúdo contemplado dentro das escolas refere-se também às práticas desportivas e recreativas entre outras formas de cultura, como a dança e o folclore. Além disso, as instituições privadas como clubes e academias também aderem a, além da saúde, programas de atividade física relacionada à estética e ao treinamento para melhorar a aptidão física das pessoas.

Alcançou-se o entendimento de que não era a Educação Física que não estava contextualizada, mas sim nós é que não a percebíamos contextualizadamente! E mais, que a sua legitimação social estava intimamente ligada aos papéis por ela representados no cenário educacional armado no palco social brasileiro. Papéis, cenário e palco esses que mudavam de configuração em conformidade com as mudanças

ocorridas no campo sócio-político-econômico que se descortinavam nos mais distintos momentos históricos. (CASTELANI FILHO, 2002, p. 4)

Desta forma, percebe-se a necessidade desse tipo de intervenção na piscina da Universidade Federal de Santa Catarina por um profissional de Educação Física. Para, num futuro próximo, promover a inclusão social das pessoas com deficiência visual, demonstrando maior reconhecimento e capacidade que a Educação Física possui no meio social que está inserida, isso contribui de forma eficaz para maior valorização da sociedade com o profissional e sua área de atuação. Por isso devemos não apenas voltar a atenção para a parte teórica do trabalho, mas à prática concreta de intervenções como esta com o caráter de acrescentar para a vida de qualquer pessoa.

Se pensar sobre a prática da Educação Física, ela não se dá apenas na escola onde completa e equilibra o processo educativo, sua inserção em clubes e academias possibilita situações de vivências em busca da saúde, estética e alto rendimento complementando o teor cultural e o poder de socialização que traz consigo para melhorar a vida do cidadão. Aliado a isso, pode-se observar que há uma abertura da Educação Física para que se trabalhe não apenas o corpo, o movimento, através do que é educacional e cultural, mas também as práticas sociais, imprescindíveis para a ação transformadora do homem. Segundo ARANTES (2000), sendo o homem sujeito da sua própria história e educação, a Educação Física cabe a tarefa de promover o indivíduo, de fazê-lo refletir sobre si mesmo e sobre o seu entorno, de forma a não ser instrumento mecânico de reprodução ou de estar a serviço do processo de ajuste do aluno à sociedade. Isso acrescenta ao movimento social que está em constante mudança em busca das reflexões sobre nós, o que complementa a construção de um fazer participativo e traz envolvimento e conhecimento para todos.

Através desse trabalho é possível finalizar o curso de graduação com um propósito maior de contribuir com as pessoas que possuem algum tipo de limitação visual e otimizar nossa área de atuação profissional possibilitando maior credibilidade também a Universidade Federal de Santa Catarina.

É fora de dúvida, que a instituição representa uma classe intelectual que auxiliada por regras, normas e valores preza á busca do conhecimento e tem por finalidade produzir, sistematizar, socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida. (UFSC, 1993). Pensar e concretizar acerca da prática social como esta, nos coloca mais uma vez em evidência como referência de Centro Acadêmico de Excelência em Santa Catarina.

Uma sociedade inclusiva exige esforço de todos pela aceitação e integração. O que pode ser atingido mediante campanhas de informação, sensibilização e intervenções como esta. Embora em nosso cotidiano presenciemos que existe, de um lado, o acesso a tudo e a todos. De outro, há dependência de um guia. Se por um lado, o estilo de vida ativo é tão veloz e estressante; por outro a percepção, prudência e os sentidos aguçados em busca de conhecimento e um espaço na sociedade, destacamos a possibilidade de tornar o Centro de Desporto (CDS) da UFSC um local acessível também para a pessoa deficiente visual.

Oliveira (1999), adotou a escrita da palavra deficiência com uma alteração simbólica – dEficiência – de forma a destacar a ambigüidade do termo. Nesse trabalho, ela procurou confirmar a hipótese de o “deficiente” poder ser eficiente,

concorrendo em iguais condições com pessoas normais, desde que consideradas suas diferenças. Portanto, a informação, sensibilidade e eficiência são imprescindíveis ao integrar o deficiente visual.

É fato que pretendo mostrar através dessas linhas a distância que existe entre a pessoa com comprometimento visual e os videntes como se estivessem convivendo perante dois mundos distintos, o que não é verdadeiro, a realidade demonstra esforços errôneos ou contraditórios por parte dos responsáveis em dar uma melhor qualidade de vida à pessoa com deficiência visual, partindo desse princípio o pensamento abordado aqui, liga-nos à questão da cegueira humana ou conceitual que o homem utiliza sem notar durante a construção da história da humanidade uma cegueira nascida e crescida de nosso olhar único sobre as pessoas, sobre as ideias, sobre as culturas e essa forma de ver as coisas acaba trazendo como consequência uma percepção fragmentada e incompleta de olhar o outro.

Segundo Oliveira (1999), comprometimento é tudo aquilo que as pessoas fazem a mais, sem que alguém tenha solicitado, surpreendendo por sua capacidade e responsabilidade independente da sua função. Dessa forma maior compromisso com assuntos evidentes e necessários como a implantação do sistema da escrita Braille na piscina da UFSC revelou seus benefícios progressivamente abrangendo desde o conhecimento intelectual sob todas as suas formas até o lazer, trabalho e seu exercício da cidadania que é de nosso direito e dever. Essa atitude ocupa um lugar importante na vida do deficiente visual, facilita a autonomia pessoal e possibilita o acesso aos espaços arquitetônicos contribui para a organização, segurança e higiene do ambiente,

mas não o suficiente para incluirmos a pessoa com comprometimento visual de forma eficaz na sociedade.

Todos nós podemos sentir desconforto diante do diferente. Esse desconforto diminui e pode até mesmo desaparecer quando existem muitas oportunidades de convivência. Não podemos ignorar suas características especiais, pois elas são importantes para essa pessoa, devendo-se considerá-las em todos os aspectos. Provavelmente por causa da deficiência, essa pessoa pode ter dificuldade para realizar algumas atividades e, por outro lado, poderá ter extrema habilidade para fazer outras. Por isso, não se deve subestimar as possibilidades, nem superestimar as dificuldades do deficiente visual, ele pode e quer tomar suas próprias decisões ele deseja assumir a responsabilidade por suas escolhas. É necessário e relevante abordar assuntos que fazem parte do nosso cotidiano e muitas vezes passam despercebidos aos nossos olhos e ouvidos, convivemos em uma sociedade democrática, realizando nossos deveres e usufruindo de nossos direitos por conta disso é importante perceber que a pessoa com deficiência que também é integrante dessa sociedade tem as mesmas responsabilidades e direitos como todos nós.

O ordenamento jurídico brasileiro, no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL,2004), trata das condições de acessibilidade para o portador de deficiência ou com mobilidade reduzida e sobre a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos e meios de comunicação e informação (BRASIL, 2004). Tal norma reforça nossos argumentos para a intervenção na piscina da UFSC e traz a acessibilidade como uma porta a ser aberta a todas as pessoas,

independentemente de sua limitação, pois a acessibilidade refere-se à possibilidade de uso de estruturas urbanas, edificações públicas ou privadas, sem maiores dificuldades por parte de qualquer pessoa. Ela constitui-se na concretização da igualdade entre todos e na efetivação do direito de ir e vir de cada cidadão. Tal socialização seria, portanto, uma ferramenta importantíssima para a integração das pessoas com necessidades especiais na sociedade, diminuindo preconceitos e evitando a segregação. (BOIA, 2000).

Mesmo atualmente são poucos os trabalhos e obras que focalizam ou abordam este tema. É importante ressaltar que a escolha deste tema deve-se ao papel social e legal na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais (DV), pode funcionar como fator de encorajamento para outros deficientes que têm incertezas ou medo de frequentar locais como uma piscina. Apesar de darmos ênfase a tantos fatores necessários e relevantes que essa intervenção merece, ela traz consigo além do caráter de inclusão e integração também um viés de que o visível se torne tangível aos olhos de todos contribuindo especificamente para a pessoa com comprometimento visual onde ela será auxiliado em suas inúmeras necessidades diárias, tal aplicação evitará acidentes inesperados, ameniza sua dependência as informações do local, melhora a organização pessoal e seu acesso a pertences particulares, contribui para elevar sua auto-estima devido a sentir-se capaz de realizar tarefas simples como utilizar o banheiro, trocar de roupas, entre outras rotinas. Além disso, possibilita o deficiente visual dentro das dependências se movimentar mais livremente com um deslocamento seguro e ágil pelos corredores, banheiros, arquibancadas, até seu acesso à piscina ,levando o indivíduo a uma maior participação e a um maior reconhecimento da sociedade.

2.2 A importância da Educação para a pessoa Deficiente Visual

Os interesses e afazeres dentro de uma sociedade não se constituem sempre com as mesmas práticas sociais e “nenhuma forma de integração social satisfaz plenamente os direitos de todas as pessoas, pois a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais.” (Sasaki, 1997, p. 34).

As necessidades das pessoas que compõem uma sociedade não podem ser julgadas a partir da condição motora ou emocional existentes entre os seres humanos isso ocasiona a discriminação. Tomando como referência os estudos de Kirk e Gallagher (1987), ao longo dos séculos, as sociedades foram sofrendo uma série de transformações quanto as atitudes dispensadas às pessoas com de deficiências. Desde a seleção natural para além da seleção biológica dos Espartanos que eliminavam as crianças com algum tipo de limitação passando pelo conformismo piedoso do Cristianismo até a segregação e a marginalização operadas pelos exorcistas e esconjuradores da Idade Média, a perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças demoníacas e supersticiosas que culminavam em dois tipos de atitudes: proteção e assistencialismo e de eliminação e menosprezo.

Meados do século XVIII surgiu as primeiras escolas de Educação Especial, com o objetivo de acrescentar na formação na vida das pessoas com deficiência devido a essa parcela da população sofrer maior discriminação naquela época. Devido a situação econômica e oportunidades sociais oferecidas até mesmo pelos próprios familiares, era relativamente fácil encontrar cegos que conheciam música, que cantavam e faziam uma série de maravilhas buscando amenizar a

exclusão social que foram submetidas essas pessoas por vários séculos, esse tipo de discriminação ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque eram consideradas inválidas, sem utilidade, incapazes de trabalhar e freqüentar os locais da sociedade, este tipo de atitude era atribuída indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Durante o século XIX observa-se um movimento que tende a integrar as pessoas portadoras de deficiência visual, tanto quanto possível na sociedade e através de um trabalho desenvolvido por Valentin Haüy, fundador do Institute Nationale des Jeunes Aveugles (Instituto Nacional de Jovens Cegos) em Paris. Essa atitude mereceu a devida aprovação da Academia de Ciência de Paris. Tais ideias foram dissipadas e aperfeiçoadas através de ex- alunos formados nesse mesmo Instituto em Paris, ações como a criação do código Braille que substitui as letras, algarismos e pontuação, criada e aperfeiçoada por Luis Braille que até hoje motiva e acrescenta para a educação de crianças e adultos cegos pelo mundo, e José Álvares de Azevedo que no Brasil por Decreto Imperial nº 1428, D.Pedro II fundou na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamados Instituto Benjamin Constant, essas intervenções democráticas à comunidade cega, possibilitou as primeiras oportunidades para elas exercerem seu papel de cidadão de forma esclarecida.

Ao rever os conceitos de integração apontamos sua definição como: Ação ou Política que visa integrar um grupo as minorias raciais, religiosas e sociais. Segundo Pereira(1980), integração é um processo. Integração é um fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional.

Para outro autor

Aquele que tem por objetivo incorporar física e socialmente as pessoas portadoras de deficiência, a fim de usufruírem dos bens socialmente produzidos, habilitando-as, oferecendo-lhe os instrumentos contemporâneos para o exercício da cidadania. (Freire, 1997 apud Machado, 1988, p. 13).

Segundo Sasaki (1997), o pano de fundo do processo de inclusão é o Modelo Social da Deficiência. Este Modelo nos remete a entender a questão da deficiência por outra ótica. Ele chama nossa atenção para o fato de que para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros e não o contrário. Concordando com as citações é importante para complementar um processo de integração eficaz a prática educativa feita pelas escolas e familiares, pois isso tem um papel significativo e serve como alicerce na formação do ser humano, conseqüentemente nas mudanças e evolução de uma sociedade.

A possibilidade de tornar a piscina da Universidade Federal de Santa Catarina mais acessível para pessoas com comprometimento visual, serve como fator de encorajamento para cada vez mais alunos querem frequentar o local desmestificando uma certa desigualdade entre os cidadãos.

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes aos seus similares. Essas influências, manifestadas através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes, poderão sofrer transformações partindo do entendimento que cada geração assimila de forma diferente as relações presentes no meio social. (LIBÂNEO, 1994, p.44).

Desde o século XVIII, um exemplo de iniciativa inclusiva muito importante para a comunidade deficiente visual foi elaborada por Valentin Haüy, que fundou a primeira escola destinada à educação dos cegos até sua preparação

profissional. Ele defendia que a educação dos cegos não deveria ser diferente daquela dos videntes. Bastava adaptar os processos educativos para que o visível se tornasse tangível aos deficientes visuais. Assim traçava em relevo letras e algarismos para que os cegos percebessem com os dedos. Após alguns anos essa iniciativa foi aprimorada e a educação dos cegos ficou satisfatoriamente resolvida com a invenção do Sistema Braille: processo de leitura e escrita por meio de pontos em relevo que objetivava, além de alfabetizar, também educar o deficiente visual para o exercício da cidadania.

Atualmente, esse modelo é empregado no mundo inteiro e adaptado a todas as línguas e espécies de grafias. A adaptação feita por Luis Braille deu aos cegos novas perspectivas de ordem social e moral.

Segundo Gentili e Alencar (2003), educar para o exercício da cidadania significa transmitir aos alunos os direitos que são reconhecidos, tendo a educação a função de difusão, de socialização e de reconhecimento de seus direitos civis, políticos e sociais, que definem o campo da cidadania.

A cidadania é desta forma, o exercício de uma prática inegavelmente política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários. (GENTILI; ALENCAR, 2003 P.73).

As pessoas, a despeito de suas diferenças, após passar boa parte de sua vida no processo de escolarização, devem possuir postura crítica diante do mundo, adquirindo conhecimentos na escola para sua auto-formação. Não apenas os alfabetizadores, mas também os educadores físicos têm aí um papel fundamental, estando inserido no grupo responsável por educá-los ao exercício de cidadão. Compreender como a educação pode ser considerada uma das principais ferramentas para a formação do cidadão é fundamental para todos e,

além de criar possibilidades, facilita o ingresso na vida social.

Enfatizando a importância da educação, Luiz Braille continua e aprimora seus estudos no que diz respeito ao Braille, reduzindo as proporções dos sinais para tornar-se mais perceptível aos dedos dos cegos. Também cria uma convenção gráfica atribuindo a cada símbolo um valor ortográfico, não fonético.

Dessa forma, os cegos dispõem de um processo fácil de leitura, pois esse sistema abriu as portas para a comunicação, educação e cultura. Por consequência, estendeu-se aos cegos o acesso a livros, o que vem ocupando um lugar importante nas suas vidas.

Segundo Bruno(1993), os benefícios do Sistema Braille estenderam-se progressivamente: as estenografias tornaram a escrita mais rápida e menos espaçosa por ser um modelo de lógica, simples e adaptável a todas as línguas, trazendo consigo o resgate de diferentes culturas, uma maior taxa de alfabetização, maior poder de comunicação e o entendimento de questões sociais, morais e espirituais, possibilitando ao deficiente visual tomar suas decisões com base nos conhecimentos adquiridos.

Durante a década de 90, a informática entrou na vida das pessoas cegas como um vertiginoso meio de integração social, abrindo um horizonte infinito de informação através da introdução dos editores de texto, leitores de tela e sintetizadores de voz nos micro-computadores, fazendo com que os cegos pudessem trocar e-mails com pessoas de qualquer parte do mundo, ler com total independência qualquer jornal, internacional ou brasileiro; e estar a par de discussões e jogos. Com esse avanço tecnológico, hoje em dia, bibliotecas de livros podem estar contidas numa só mídia. Isso proporciona ao cego maior independência e dignidade, abrindo as portas do mercado de trabalho e

contribuindo para produção.

O triunfo do sistema Braille passa por um esforço perseverante desde sua invenção até nos dias de hoje. É fato é imprescindível para a educação dos cegos. Mas existe uma tendência contemporânea a menor utilização do Braille a partir da invenção de livros sonoros. Segundo FERREIRA (2009), a produção literária apenas para alfabetização e um ensino mal orientado agravam uma tendência a crise do sistema Braille, isso porque, durante a escolaridade obrigatória, nossos estudantes cegos não são motivados a leitura em braile: lêem pouco, cansam facilmente e recorrem aos computadores, obtendo as informações e conhecimentos através de voz sintética, o que ocasiona a falta de leitura e, reflexamente, de ortografia. Ao final, resulta-se numa alfabetização ineficaz e numa vida limitada. Portanto, a qualidade do ensino em Braile é decisiva.

A informática e o Sistema Braille devem atuar juntos na educação de pessoas cegas, pois os programas leitores de tela permitem a leitura e escrita para os cegos que, dessa forma, podem utilizar editores de texto para fazerem trabalhos, ter acesso à internet, fazer pesquisas e trocar informações. Além disso, ler e escrever sempre foram preocupações básicas em idade escolar.

A alfabetização é sempre um período de curiosidade e descoberta. Por isso devemos fomentar o processo de cultura, não deixando que se interrompa ao sair da escola, porque as tendências pedagógicas modernas, referentes à educação dos cegos, prescrevem sua inserção no sistema escolar comum, desde o pré-escolar até a universidade.

A instrução que a leitura e a ortografia proporcionam é fundamental para maior integração social, seja ela em atividades profissionais, seja no lazer do deficiente visual. Segundo Correia (2008), a transição para o sistema Braille

deverá fazer-se sem saltos, não sendo necessário interromper os estudos. Hoje, está disponível um conjunto de meios tecnológicos que configuram alternativas válidas para que os alunos consigam dominar o Braille gradualmente e de forma tão cômoda quanto possível, até tornarem-no seu meio natural de escrita e leitura.

2.3 Acessibilidade / Mobilidade

Ultimamente, um tema que tem estado bastante presente nas pautas de governos, ONGs, grupos de educadores e da sociedade em geral é o instigante, mas nem sempre compreendido, tema da inclusão das pessoas com deficiência. De acordo com Sasaki (1997), a inclusão social pode ser conceituada como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais. Simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui-se, então, em um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Segundo Álvarez (2002), desenvolver projetos de estudo e investigação destinados á pessoas com deficiência auxilia para uma maior participação prática das mesmas melhorando seu acesso a edifícios e transportes facilitando o cotidiano em sua vida. Nesse passo, um local acessível proporciona a pessoa deficiente visual desenvolver sua orientação espacial e a mobilidade fatores imprescindíveis e importantes que acrescentam em nos relacionamentos com as pessoas e o ambiente.

Visto que, a orientação e mobilidade contribui para a pessoa deficiente

visual alcançar maior dependência e proporciona condições de usufruir do direito de ir e vir em espaços arquitetônicos. Trata-se de um dever dos órgãos responsáveis tornar os ambientes acessíveis. Isso é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.(BRASIL, 1988).

Desenvolver com acessibilidade significa fazer tudo da melhor maneira possível e para que todos possam usufruir das instalações da melhor forma possível demonstrando que cidadania não depende apenas de leis, mas também, sobretudo de uma cultura democrática, da experiência de um povo organizado e atento aos seus deveres e direitos e atuantes no sentido da busca constante do seu direito à cidade.(CASTILHO, 2002, p 83).

A ocupação e os deslocamentos dentro do espaço arquitetônico pelos frequentadores são fatores relevantes para que a intervenção ocorra de forma eficiente. Por isso é importante definir algumas diferenças e curiosidades relevantes da OM para a pessoa que possui comprometimento visual.

Ao referimo-nos sobre mobilidade, enfatizamos as dificuldades que encontramos para deslocamento e obstáculos em nosso caminho. Segundo Perreira (1990) mobilidade é a capacidade de deslocamento do ponto em que se encontra o indivíduo para alcançar outra zona do meio circundante. Este deslocamento ou movimento, além de abranger atos motores, atinge também a dimensão social das pessoas, que no caso para o deficiente visual se torna importante para sua vida. Para Bourdieu (1990), o espaço de relações é tão real quanto o espaço geográfico, ampliando a expansão do indivíduo, permitindo-lhe variar a rede de relações corporais e sociais.

O deslocamento nos diferentes espaços proporcionará ao indivíduo cego estímulos da memória e da organização espaço-temporal a fim de propiciar maior

interação com a sociedade, evitando o seu isolamento. Portanto, a acessibilidade não é apenas permitir que uma parcela da população possa usufruir dos benefícios que outra parcela já usufruiu. Seu objetivo deve ser sempre permitir o melhor acesso possível a todas as pessoas, porque a falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, ou pelo menos parte deles pode significar uma divisão entre os cidadãos bem-vindos e os indesejados, os almejados e os dispensáveis.

Orientação e Mobilidade (OM) é uma atividade motora e pode ser definida como um processo amplo e flexível, composto por um conjunto de capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais e por um elenco de técnicas apropriadas e específicas, que permitem ao seu usuário conhecer, relacionar-se e deslocar-se de forma independente e natural nas mais diversas estruturas, espaços e situações do ambiente. (Hoffmann, 1998, p. 56)

Não obstante, conforme anotam Bruno e Mota (2001), é ingênuo considerar que a cegueira é uma deficiência que atinge somente a visão. Ela pode abalar seriamente a estrutura psíquica de quem venha a adquiri-la. Assim, um local de fácil acesso torna-se mais uma alternativa para a pessoa deficiente visual, suas famílias, profissionais e freqüentadores da piscina, por não ter seu deslocamento comprometido devido a alguma barreira ou muito fluxo de pessoas no ambiente.

As dificuldades de orientação são aquelas que nos impedem de forma concreta determinar nossa posição dentro do ambiente. Não discernir onde nos encontramos, o lugar onde queremos ir ou qual o itinerário a tomar, bem como a desorientação ou orientação inadequada prejudicam a mobilidade da pessoa cega, fazendo com que a considerem desajeitada ou perdida, mas sem que a isso tenha dado causa.

Para pessoas normovisuais, a visão se apresenta como um sentido de

grande importância na captação de estímulos e projeções espaciais. No caso da pessoa cega ou com baixa visão, seus outros sentidos (tato, audição) são aguçados para suprir a ausência total ou parcial da visão. Desse modo, uma desenvolvida e adequada estruturação espaço-temporal da pessoa cega faz com que muitas vezes nem notamos a ausência desse sentido na pessoa. Por isso a importância de múltiplas experiências no seu dia a dia, um acompanhamento de profissionais capacitados, locais sinalizados e adequados em seu cotidiano tudo isso contribuirá para melhorar seu relacionamento no meio social em que vive melhorando sua qualidade de vida de forma significativa.

Por meio da visão, temos a possibilidade de identificar objetos e distinguir cores, formas, tamanhos e distâncias. Já a pessoa com deficiência visual aprende e desenvolve técnicas desde a estimulação precoce que permitem alguma segurança em seu deslocamento e orientação de forma que consigam prevenir inconvenientes, abusos ou até mesmo acidentes.

Para Goffman (1988), a cegueira pode levar à impressão de falta de cuidado. Por isso o cego deve fazer um esforço especial para aprender ou reaprender a propriedade motora: quer dizer, variadas formas de atividades e movimentos corporais. que otimizam a auto percepção e do espaço arquitetônico em que se encontra.

Segundo Pereira (1990), orientação é um processo que o cego usa através de outros sentidos para o estabelecimento de suas posições em relação a todos os objetos significativos do seu meio circundante. Para uma pessoa com visão subnormal é necessária a elaboração de um espaço com formas compensatórias para suprir sua deficiência. Assim, a arquitetura deveria compreender situações com formas e dimensões adequadas, cores e luzes contrastantes para facilitar a

orientação dentro do espaço físico.

Um dos maiores problemas de locomoção das pessoas cegas ou de baixa visão são as barreiras arquitetônicas dentro de um ambiente. Ouvir de que lado vêm as vozes ou sentir donde vem o vento ajuda a que a pessoa realize os movimentos desejados, sendo indispensável o Braille e os pisos-guia para o deslocamento eficiente e seguro. Dessa forma o deficiente visual age e interage com o ambiente. Ele explora e descobre o mundo, estabelece comunicações e elabora conceitos e atitudes construindo novos conhecimentos.

As pessoas normalmente atribuem à pessoa com deficiência visual uma dependência constante da sua ajuda e vigilância, principalmente para o seu deslocamento no ambiente de forma autônoma e segura. Mas a orientação em ambiente, aos objetos ou a pessoas que nele estejam presentes assim como dos possíveis trajetos são de simples realização se as oportunidades de aprendizagem e acessibilidade lhes forem oferecidos sem receio e de forma esclarecida.

Para HOFMAM(1998), as principais funções dos recursos e instrumentos de mobilidade como prolongamentos da sensibilidade de uma pessoa com deficiência visual são de proporcionar a ela um deslocamento sem colisões ou quedas no caso específico da bengala o cego consegue a percepção e antecipação daquilo que se encontra em seu trajeto. Locais acessíveis e oportunidades de aprendizagem da Orientação e Mobilidade poderão trazer a esses indivíduos muitos benefícios para sua qualidade e estilo de vida, já desde sua fase infantil. Sua independência, segurança, auto-confiança, integração, contato social, privacidade, oportunidades de trabalho, conhecimento real dos objetos, ambientes físicos e eventos sociais, condicionamento físico vão melhorar

de forma significativa.

A participação da família neste processo é de grande importância pois, no ambiente familiar, a criança, o adolescente e o adulto vivenciam as experiências próprias da sua realidade com maior naturalidade e destreza para que, quando exigidos em seu cotidiano, por exemplo, da leitura em Braille e os pisos-guia isso torne-se um complemento as competências que já possui.

Sendo a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida um desafio nas esferas públicas, é de extrema importância que eles sejam incluídos em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo. Quando nos referimos a pessoa com limitação visual essas adaptações com os pisos táteis em locais públicos se tornam claramente necessárias, A sinalização tátil no piso, pode ser do tipo de alerta ou direcional e ambas devem ter cor contrastante com a do piso que esta no ambiente, eles podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente sempre seguindo as recomendações de lei (ABNT,2004). Quando houver mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, deve haver uma área de piso alerta indicando que existem alternativas de trajeto como obstáculos, degraus, rebaixamento da calçada, portas dos banheiros, armários ou placas informativas. Além disso os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição para que não cause sensação de insegurança e não atrapalhe o deslocamento de veiculos como cadeira de rodas e o passeio dos frequentadores dentro do espaço arquitetônico. Em síntese, a orientação, mobilidade e a acessibilidade proporcionam e fortalecem significativamente maior inclusão social de pessoas com comprometimento visual.

3- RESULTADOS E DISCUSSÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida junto a piscina da Universidade Federal de Santa Catarina apresentou os seguintes resultados:

Dos vinte entrevistados todos conhecem ou frequentam o espaço arquitetônico da piscina, ambas as pessoas foram ou são praticantes de natação, sendo que do total da amostra dez(10) pessoas nunca se relacionou de forma alguma com pessoas deficientes visuais e outras dez(10) pessoas trabalham com eles ou possuem alguma limitação visual. Da amostra, 50% dos vinte (20) entrevistados não mantem relações por medo de incomodar, falta de assunto ou não saber como se dirigir a pessoa com limitação visual, isso deixa claro a necessidade de melhorar as relações entre os frequentadores do local.

Constatamos que as adaptações com o sistema Braille e os pisos-guias em locais como a piscina da UFSC tornam-se claramente necessários quando se compreende que as atividades realizadas nesse ambiente como exercícios físicos, recreação e treinamento esportivo propiciam uma riqueza de estímulos visuais, sonoros, olfativos, táteis e sinestésicos que permitem ao deficiente visual ultrapassar seus limites e aumentar sua auto-estima através do campo de atuação que a Educação Física proporciona através da sua prática. Segundo Fonseca (1987) a Educação Motora, tem como objetivo ampliar as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais, desenvolvendo assim,

também o movimento humano, pois ele é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço, proporciona uma linguagem que permite as pessoas agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, levando as pessoas expressarem sentimentos, emoções e pensamentos. O profissional de Educação Física deve se posicionar na luta por uma sociedade mais justa, esta é uma das características de uma profissão que tem a atividade física e a capacidade de realizar projetos como este e utilizá-los como ferramenta para melhorar a qualidade de vida de todos.

Ao verificarmos as respostas sobre a necessidade do Braille e do piso tátil para a pessoa deficiente visual e a importância na sua vida, destacou-se algumas respostas que deram maior credibilidade a intervenção como:

Resposta entrevistado:

a) -vidente

- Nós somos muito dependentes da visão para fazer nossas tarefas aqui dentro, não imagino a dificuldade que as pessoas cegas têm para se localizar e sentir prazer de estar aqui porque tem muito barulho, barreiras e muito fluxo de pessoas uma diferente das outras;

Resposta entrevistado:

b) –pessoa com limitação visual

- Devido nem todos os cegos saber ler em Braille, seria interessante a voz sonora também, mas só a colocação dos pisos seria suficiente, isso nos deixa mais seguros para caminhar aqui dentro, saber onde nossas coisas estão, ir ao banheiro, aos armários e até mesmo se deslocar de uma piscina a outra.

A partir disso, analisamos a pessoa com limitação visual vulnerável e limitada pelo espaço físico no que diz respeito à capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo de forma mais independente, precisamos considerar suas limitações, contribuir para o desenvolvimento das suas potencialidades facilitando suas atividades de trabalho ou lazer dentro do ambiente e uma alternativa para amenizar suas dificuldades e integrá-la na sociedade, é intervindo de forma

prática com esta pesquisa.

Segundo REBELO(1993), quando refletimos acerca do termo dificuldades, sugere-nos que se trata de obstáculos, barreiras ou impedimentos, com que alguém se depara ao tentar realizar algo que deseja executar. Porém, é evidente, quando nos deparamos com uma pessoa cega e nos prontificamos a ajudá-la, sentimos a angústia das suas dificuldades como se estivesse perdida, desageitada e limitada pelo espaço físico.

Oportunizar a leitura em Braille nos diferentes seguimentos sociais para incluir o deficiente visual não é suficiente, assim como para os videntes ,o cego também precisa para sua formação como ser humano uma educação adequada e acompanhada com intuito de facilitar sua convivência social tornando-o mais independente. Por sua vez os entrevistados não omitem que as oportunidades que lhes são oferecidas em nossa sociedade, muitas vezes vão de encontro com o seu potencial e seus direitos, principalmente a respeito da acessibilidade, educação e mercado de trabalho. Segundo o terceiro entrevistado ,o cego tem as mesmas condições de aprender assim como uma pessoa que enxerga normalmente. Segundo AMIRALIAN (1997), o que vai diferenciar é a forma de promover o processo ensino – aprendizagem a pessoa cega, referindo-se a adaptação da metodologia, motivação e aos recursos.

Segundo MAZZOTTI (1996), a ajuda dos familiares na educação do cego, seja criança ou adulto, a inclusão de ambas etapas de maturidade, é primordial, para que este possa, assim como também se torne realmente independente e incluído socialmente. Isso nos dá maior confiança à aplicabilidade do Braille e os pisos táteis junto a piscina da UFSC, de forma que estimula a leitura de mundo e

espaço da pessoa deficiente visual proporcionando-lhes a possibilidade de aumentar seus conhecimentos e poder tomar suas próprias decisões.

Outro ponto que garante a necessidade da aplicabilidade, é que através das respostas que expressaram os motivos de freqüência ao local e a importância do mesmo ser acessível para todos estão de comum acordo entre os entrevistados a) e b), como por exemplo :

Resposta entrevistado:

a) – Vidente

- Frequentar a piscina é uma alternativa para eu sair da ociosidade, para praticar uma atividade física, conhecer e conversar com os professores e pessoas diferentes e também recomendação médica (fortalecimento muscular).

Resposta entrevistado:

b) – pessoa com comprometimento visual

- Eu venho para a piscina da UFSC porque gosto das aulas de natação, dos professores e das atividades realizadas. Além disso, após fazer os exercícios ,principalmente no dia seguinte me sinto melhor, não tenho dor de cabeça e fico mais disposto para trabalhar. É umas das poucas alternativas que possuímos para fazer um esporte e aprender coisas diferentes, por pessoas diferentes.

A partir de respostas como estas, nos trouxe mais consistência ao trabalho e nos confirmou a importância que o ambiente possui, para melhorar a qualidade de vida das pessoa. Segundo NAHAS (2003), a atividade física é inerente ao ser humano, sendo uma dimensão biológica e cultural, e tem sido associado ao bem estar, a saúde e a qualidade de vida das pessoas em todas as faixas etárias.

Além disso o espaço proporciona uma alternativa de integração entre as pessoas, pois lhes proporciona diferentes experiências na sua formação pessoal. Para CATTEAU e GARAFF (1990), o deslocamento do corpo e de seus segmentos no espaço é a manifestação mais clara da atividade motora,

traduzindo a interdependência e as trocas entre o meio e o indivíduo, proporcionando uma dupla transformação desses.

Segundo Fonseca (1995), o número de deficientes não tende a diminuir, apesar da redução das deficiências devido ao progresso impressionante da medicina, pelo contrário, a percentagem de acidentes e de sinistralidade, a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida que avoluma a população, tendem a deixar cada vez mais seres humanos com algum tipo de deficiências. Dessa forma, um projeto que aborda a acessibilidade com suas normas e recomendações de lei deve visar não apenas contribuir as pessoas com comprometimento visual, intervenções como esta são indispensável e legítimas para melhorar a qualidade de vida de todos os usuários do espaço físico.

Observamos também que, para a realização e execução de ambientes com total acessibilidade, exige-se uma maior preocupação quanto à localização de mobiliários, disposição e sinalização das escadas, rampas e atrativos de acordo com cada deficiência, no caso do cego, isso permite a percepção, experimentação e interpretação de forma segura e autônoma daquilo que o ambiente tem a oferecer a ele, contribuindo para melhorar sua orientação e mobilidade. Para PEREIRA (1990), orientação e mobilidade, é a área da Educação Especial voltada a educação e a reabilitação da pessoa com deficiência visual, sejam por problemas congênitos ou adquiridos, dando a possibilidade de torna-los mais independentes. Essas atividades ou técnicas desenvolvidas com a pessoa deficiente visual, são primordiais para o cego usufruir do meio social que esta inserido, elas tornam os sentidos mais apurados e familiarizados com ambiente e propiciam facilidades para identificar os estímulos sonoros, táteis e olfativos, desenvolvendo a consciência corporal e dos movimentos de atenção e concentração. (FELIPPE, 1997).

Para o mesmo autor;

Antes de a pessoa pensar em se orientar no espaço geral, ela deve ter o controle do espaço pessoal, ou seja, o conceito de si mesma, a imagem corporal. Devemos nos reportar a tudo o que já foi sugerido como o

desenvolvimento dos sentidos remanescentes e habilidades básicas de OM: a pessoa deve ter esquema corporal bem estruturado; domínio corporal e de movimentos; ter compreensão e domínio da marcha retilínea, dos movimentos de quarto de volta, meia volta, volta inteira; ter consciência de que qualquer movimento pode alterar completamente nossa relação espacial com o ambiente; deve saber usar com eficiência e adequação os sentidos para captar e interpretar as informações do ambiente; deve saber preparar e usar uma pessoa vidente como guia para deslocamento no meio ambiente, bem como se proteger usando o próprio corpo quando se movimenta sozinho.(FELIPPE 1997, p. 71).

Observando o quão importante são a Orientação e Mobilidade para a pessoa deficiente visual, buscamos através de uma observação sistemática e detalhada da piscina e uma visita acompanhada pelos deficientes visuais no ambiente, identificar e compreender elementos necessários como a disposição dos pisos, afastamentos e cores mais perceptíveis para melhorar o deslocamento dessas pessoas. Da mesma forma, procedeu-se com as placas informativas em Braille em relação à localização, tamanho das letras suas legendas e cores. Sobre tudo é necessário ressaltar e torna-se imprescindível um diagnóstico prévio também por profissionais da engenharia e arquitetura para complemento a execução e aplicabilidade da pesquisa, tendo como parâmetro as normas técnicas da ABNT NBR 9050/04, pois elas são fruto de um estudo das necessidades dos portadores de necessidades especiais e sendo normas, não são optativas, senão o sucesso da execução do projeto pode ser prejudicado.

4- CONCLUSÃO

Através da revisão da literatura, da observação do espaço físico e análises do questionário aplicado aos frequentadores da piscina, entendemos que a deficiência é parte da diversidade humana, que em si não limita a pessoa. O que incapacita é o meio em que o indivíduo está inserido. O mais importante é quebrar as respectivas barreiras do comportamento humano e social, possibilitando a construção dos elos necessários à inclusão. Atualmente, é grande o número de brasileiros que se relacionam com deficientes. Por consequência, é necessário agir em nome da igualdade de oportunidade de todos, pela elaboração de projetos que intervenham de forma democrática, promovendo uma sociedade justa e sem discriminação.

Como abordado na pesquisa a Educação Física pode ser uma proposta de inclusão, porque pontua as possibilidades das pessoas cegas como meio de desenvolvimento corporal, que pode ser facilitador para melhoria do desempenho na aprendizagem das técnicas de OM, pois estas técnicas exigem da pessoa cega habilidades motoras como coordenação, equilíbrio, lateralidade, direcionalidade, noções relacionadas ao tempo e espaço, postura e capacidades físicas, como força, e resistência geral. Não bastasse, a intervenção serve como estímulo de reflexão a respeito da capacidade do profissional de Educação Física para que utilize a educação como ferramenta à contribuir por uma sociedade

inclusiva. Como educadores devemos criar meios que possibilite a conscientização dos cidadãos.

Sabemos sobre a importância da educação para promovermos melhorias na situação sócio-econômica brasileira, apesar disso, há uma profunda carência na educação no sentido de trabalhar de forma mais profunda aspectos da realidade humana como respeito, cooperação e tolerância, pois a educação é um processo constante de transformação do ser humano que ocorre durante toda nossa vida, do qual fazemos parte e somos afetados.

Ao refletir sobre a educação, inclusive a da pessoa deficiente visual, deve-se buscar o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que trata da Educação como direito de todos e dever do Estado e da Família.(BRASIL, 1988). Tal diploma busca a educação para todos.

Conforme o conteúdo já revisado nesta pesquisa, o Sistema Braille é sem dúvida alguma necessário para o processo de aquisição de cultura a pessoa deficiente visual e não deve ser interrompido ao sair da escola. Segundo ALMEIDA (1999), a criança vidente aprende por imitação, enquanto que a criança que enxerga pouco ou nada vê, não pode imitar, logo precisa desenvolver outros sentidos para entender e interagir com o meio ambiente a qual está inserido. VEIGA (1983) , acrescenta que em todos os níveis de ensino o deficiente se depara com um problema básico: a existência de material não compatível com sua limitação. Por isso acredita-se que a execução de forma prática dessa pesquisa vai além de incluir a pessoa com limitação visual a sociedade, ela busca estimular através da leitura em Braille, possibilidades de melhorar seus relacionamentos, aumentar sua auto-estima, facilita sua percepção de onde esta

e onde quer ir, lhe traz maior segurança e organização consigo mesma e seus pertences. .

Segundo os dados do IBGE (2003), 14,5% da população nacional apresentam algum tipo de incapacidade, ou seja, alguma dificuldade de locomover-se, enxergar, ouvir ou com alguma deficiência física, mental ou sensorial. As pessoas deficientes visuais representam 48,1% deste contingente, sendo por isso, o grupo de maior representatividade. Apesar dos altos índices apresentados acima, são poucas as áreas adaptadas e acessíveis para esse grupo específico da população. Destacamos que, por mais eficazes e engajados que possam ser os programas e iniciativas sociais que se desenvolvam para as pessoas com deficiência, somente uma visão consciente e estruturada sobre um processo educativo para melhorar a relação entre as pessoas, do indivíduo com o meio e tudo o que o cerca, desde sua infância até a maturidade e mais uma vez aponto o teor relevante da pesquisa para a sociedade e a pessoa com limitação visual desfrutar do ambiente ao aplicar o sistema Braille e os pisos táteis na piscina da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como sugestões para futuros trabalhos, seria interessante aumentar o número de perguntas no questionário e o número de entrevistados. Outra sugestão seria de aplicar um questionário específico para as pessoas com comprometimento visual nos locais mais frequentados. Assim, poderíamos ter um esboço para as próximas intervenções e, por fim, uma orientação para engenheiros e arquitetos seguir as normas da ABNT para futuras execuções em qualquer que seja o espaço arquitetônico, afinal o deficiente visual também faz parte da nossa sociedade.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT-NBR 9050/04. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. São Paulo, 2004.

AMIRALIAN, Maria Lúcia. **Compreendendo o Cego:** Uma visão Psicanalítica da Cegueira por meios de desenhos. 1997.

ALMEIDA, J. J. G.; PORTO, E. T. R. **A pessoa deficiente visual:** revelações sobre a atividade motora. 1999. Disponível em: <<http://www.bbdigi.unicamp.br>>. Acesso em 2010.

ALMEIDA, J. J. G.; CONDE, A. J. M. Metodologia aplicada ao deficiente visual: In: **Curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física adaptada.** Brasília: MEC/SEESP, 2002.

ARANTES, Ana Cristina . Uma proposta teórica para a formação dos futuros profissionais de educação física. **Lecturas Educación Física y Deportes** ^{JCR}, Buenos Aires, v. 5, n. 26, 2000.

ÁLVAREZ J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir.** Porto Alegre: Artmed. (2002).

BRASIL. **Regulamentação de Lei.** Decreto Federal, n. 3.298/1999. Art. 3º 1999.

BRASIL. **Associação Brasileira de Norma técnica.** Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>.

BRASIL. **Decreto de Lei** nº 5.296. Art.26. Inc. III /2004.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. CARDOSO, FranciGomes. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social: **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1998.

BRUNO, Marilda M, G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual. Da intervenção precoce à integração escolar.** Iaramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual. São Paulo, 1993.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990

BRUNO, Marilda Moraes Garcia e MOTA, Maria Glória Batista da, Deficiência Visual, Série Atualidades Pedagógicas, Brasília, **Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial**, 2001.

BOIA, Y. I. K. O turismo e a pessoa portadora de necessidades especiais. 2000. **Dissertação** (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2000

BETTI. M.; RANGEL-BETTI, Irene. Esporte na escola: Mas é só isso Professor? **Motriz**, V. 1 n. 1, p. 25-31. Junho de 1999.

BETTI. M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.** v. 19, n. 3, São Paulo set. 2005.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física**.Campinas, SP. 2 ed. 2002.

CORREIA, Fernando Jorge A., "O Futuro do Jovem Cego de Hoje", Conferência Proferida no 1º **Congresso Ibérico de Educação Especial**: Percursos e Percalços, Santa Casa da Misericórdia do Porto/Universidade Lusíada, Dezembro, 2008.

CONDE, Antonio João Menescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Introdução ao Movimento Paraolímpico; Manual para professores de Educação Física**. Comitê Paraolímpico.DF.2006. 74p.

CATTEAU, Raymond; GARAFF, Gérard. **O Ensino da Nataçao**. 3 ed. São Paulo: Editora Manole.1990.

CASTRO, L. R., **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CASTILHO, J. M. **Movimentos Sociais e Busca da Inclusão Social: A Participação Popular no Planejamento e Gestão Urbanos em ZEIS: Um Estudo de caso no Lugar Chico Mendes – Recife/PE**. ISSN 1982-4602. P.83, 2002

CARMO, Apolônio do Abadio. **Deficiência Física, a sociedade cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

COSTA, Ana P. R. As praias de Florianópolis e sua acessibilidade aos deficientes físicos. Florianópolis. 69 f. **Tese** (Graduação em Educação Física) – Centro de desporto, universidade Federal de Santa Catarina. 1996.

CARROL, Thomas G., **Cegueira: O Que Ela É, O Que Ela Faz e Como Viver Com Ela**, São Paulo, Ministério da Educação e Cultura, 1968.

DARIDO, C. Sarayva. et al. Educação Física no Ensino Médio: Reflexões e Ações. **MOTRIZ**, v. 5, n. 2, Dezembro de 1999.

- DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- Educação Física escolar: **política, investigação e intervenção**. V. 1. Vitória: PROTEORIA, 2001. p. 81-92.
- FBSD. Os efeitos da inclusão. **Anais...** do IV Congresso Brasileiro de Síndrome de Down. Salvador, 2004. p.17.
- IBGE**. Censo Demográfico 2000. Características Gerais da População. Rio de Janeiro: 2003. 178 p.
- FERREIRA, A. F. B. **Sistema Braille como Patrimônio Imaterial: Uma Proposta**. V. 13, ISSN 1414-0594. DEZ. 2009.
- FELIPPE, J. V. **Orientação e mobilidade**. São Paulo: Laramara, 1997.
- FONSECA. **Estruturas motoras e conduta escolar dos portadores de deficiência mental – PDMs**. Ed.23. 1987.
- FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GENTILI. P. Alencar. C. **Educar na Esperança em Tempos de Desencanto**. 4 ed. Vozes. 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1988.
- HOFFMANN, Sonia B. Orientação e mobilidade: um processo de alteração positiva no desenvolvimento integral da criança cega congênita - estudo intercultural entre Brasil e Portugal. Porto Alegre, 1998. XIV, 182f. il. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física. Mestrado em Ciências do Movimento Humano, 1998.
- Legislação Federal Brasileira, lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000, **estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MAZZOTTI, Carlos, J. S **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica, conceitos, métodos e praticas**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MUÑOZ, T. GARCIA. **O questionário como instrumento de investigação**.2003.

Disponível em: http://nautilus.fis.uc.pt/cec/esjf/wp-content/uploads/2009/11/elab_quest_quimica_up.pdf.

NAHAS, Markus Vinicius. **A Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Conceito e Sugestões para um Estilo de Vida ativo.** 3 ed. Londrina. Midiograf. 2003.

OMS, **Organização Mundial da Saúde.** Senac. 2003. Disponível em: <http://www.senac.br/conheca/DCconceito.pdf>.

O. C. D. E. Education policy analysis. Paris: **Center for Educational Research and Innovation**, 1998.

ONU. Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. 1982.

OLIVEIRA, Cristiane Cardoso. O trabalhador portador de deficiência física e sua inclusão no mundo do trabalho. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre,(1999).

PEREIRA, L. M. Psicomotricidade. **Revista de Estudios y Experiências**, v.12, n. 1, p. 34 - Enero, 1999.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: Unijuí.1994.

KIRK e GALLAGHER. **Educação da criança excepcional.** Trad. Marília Z. Sanvincente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

RABELLO, O. C. P. O deficiente visual e a biblioteca pública estadual Luiz de Bessa. **Revista. Esc. Bibliotec.** UFMG, v. 18, n. 1, p. 39-60, mar. 1989.

REBELO, J. A. S. **Dificuldades da Leitura e da Escrita em Alunos do Ensino Básico.** Rio tinto: Edições ASA, 1993.

SALVATORE D. ONOFRE. **Metodologia do trabalho intelectual.** São Paulo: Atlas, 1999.

SASSAKI, K. R. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997

SOUZA JUNIOR, Marcílio. O saber e o Fazer Pedagógico da Educação Física na cultura escolar: o que é um componente curricular? In: CAPARROS, Francisco Eduardo (Org.). **Educação física escolar:** política, investigação e intervenção. V. 1. Vitória: PROTEORIA, 2001, p. 81-92.

TELFORD, C. W. & SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional.** 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan,1988.

UFSC. Apresentação e missão da UFSC. **Assembléia Estatuinte** aprovada em 04/06/93. Disponível em: <http://www.ufsc.br/paginas/missao.php>.

VEIGA, J. S. **O que é ser cego**. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1983.

WINTER, B. **Specific Learning Disability Classification in the New Individuals with Disabilities Education Act: The Danger of Good Ideas**. Policy Forum Act, 2004, p. 6-13.

6- APÊNDICES

Questionário :

1 E necessário o Braille e os pisos-guias nas dependências da piscina da UFSC?

1.1 - Qual o tamanho ideal para melhor identificação dos pisos e do alfabeto Braile?

Padrão - ABNT maior

2 A sistema Braile contribui para melhorar a orientação espacial e o deslocamento do deficiente visual dentro do espaço físico?

3 Quais os benefícios da proposta para a vida do deficiente visual?

3.1 - poucos muitos Nenhum

4 Qual a importância da escrita em Braille para o deficiente visual?

4.1 – Melhora relacionamentos auto-estima
 Bem estar reconhecimento
 Cultural confiança

5 Por quais motivos e porque você frequenta a piscina da UFSC?

